



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002462-39.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
 Requerente: **Leonardo Henrique Prado**
 Requerido: **Tim Celular Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido surpreendido com a notícia de que a ré o tinha inserido perante órgãos de proteção ao crédito sob a justificativa de que não quitara as faturas relativas à prestação de serviços de telefonia que haviam contratado vencidas em janeiro e março de 2013.

Alegou ainda que isso não ocorreu, tendo em vista o regular pagamento de todas as suas dívidas para com a ré, bem como que ela talvez se tenha equivocado quanto ao número do telefone, pois o seu é semelhante ao inserido nas faturas que deram causa aos fatos noticiados.

Almeja à exclusão da negativação e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Já a ré em genérica contestação refutou a existência de falha na prestação dos serviços a seu cargo, além de esclarecer que a regularidade na inserção questionada pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O autor como visto expressamente negou a existência dos débitos trazidos à colação e em face disso seria de rigor que elementos concretos fossem amealhados para comprovar o contrário.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a salientar que obrou de maneira correta, mas não detalhou quais os serviços específicos teriam sido utilizados pelo autor e que ficaram sem o correspondente adimplemento.

Como se não bastasse, deixou de manifestar-se sobre os documentos de fls. 20/22, que atestam o pagamento das faturas emitidas ao autor com vencimento para janeiro e março de 2013, além de silenciar sobre a semelhança entre o número da linha telefônica do mesmo e daquela que deu causa ao que restou noticiado, o que poderia ter motivado o equívoco de sua parte.

Em suma, a ré não coligiu dados sólidos que patenteassem a dívida do autor, o que compromete a higidez de sua negativação ocorrida em virtude dela.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, seja para que definitivamente seja excluída a negativação do autor à míngua de lastro a respaldá-la, seja para que ele seja ressarcido pelos danos morais que esse fato indevido lhe causou.

A jurisprudência é pacífica em ter como caracterizados os danos morais nessas situações:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização postulado pelo autor está em consonância com os critérios preconizados em casos afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo por isso agasalho.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para excluir a negativação tratada nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 24/25, item 1, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.980,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**